



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Informação n.º 137/2025-ULic

Porto Alegre, 06 de novembro de 2025.

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 58/2025 – PGEA N.º 01194.000.200/2025 – Objeto: Contratação de espaço físico e prestação de serviço e apoio necessário, baseado na quantidade de candidatos convocados, para a realização da Prova Discursiva do 51º Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Prezados(as) Senhores(as):

Trata-se de pedido encaminhado pela empresa Singulary Events – CNPJ nº 23.334.215/0001-44 à Unidade de Concurso e à Unidade de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça, afirmando ter interesse em participar do pregão epigrafado, nos seguintes termos:

“BOA TARDE.

NOSSA DÚVIDA SRA. DENISE OU SRA. LIVIA OU OUTRO RESPONSÁVEL É QUE TENHO TOTAL INTERESSE EM PARTICIPAR DESSA LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 58/2025

PORÉM AO REALIZAR O ORÇAMENTO NA PUC ELES ME INFORMARAM QUE PRECISA DE UMA AUTORIZAÇÃO DE VOCÊS SRA. DENISE OU SRA. LIVIA OU OUTRO RESPONSÁVEL, NESSE CASO, PRECISO URGENTE DE UMA AUTORIZAÇÃO DOS SENHORES PARA PODER REALIZAR URGENTE O ORÇAMENTO NA PUC PARA PODER PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO.

AGUARDO ENVIO COM URGENCIA.

NOSSA EMPRESA SINGULARY EVENTS - CNPJ 23.334.215/0001-44

PRECISO URGENTE DE UMA AUTORIZAÇÃO DOS SENHORES PARA PODER ORÇAR NA PUC ENTRAR EM CONTATO COM RESPONSÁVEL DA PUC DISSERAM QUE RESPONSÁVEIS DO PREGÃO DEVEM ENVIAR UMA AUTORIZAÇÃO PARA A PUC PARA PODER REALIZAR O ORÇAMENTO DESTE PREGÃO N.º 58/2025 - ANEXO.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Atenciosamente
Cristiano Vargas "

Instada, a área técnica informou que, na data de 05/11/2025, informou a vedação do subitem 6.6 do Anexo I - termo de referência - do edital.

É o relato.

Assiste razão à área técnica, em decorrência do princípio da vinculação ao edital, pelo qual os interessados no certame devem obedecer rigorosamente às regras estabelecidas no ato convocatório e anexos.

No tocante à subcontratação, a Lei de Licitações, no *caput* do artigo 122 definiu que está permitida a subcontratação de partes do objeto (obras, serviços ou fornecimento), devendo o regulamento ou edital prever a vedação, restrição ou condições para a subcontratação (§2º do mesmo artigo).

Sobre este ponto, aliás, o Tribunal de Contas da União já se manifestou pela proibição da subcontratação total do objeto, não podendo a atuação do contratado transformar-se em mera intermediação ou administração de contrato (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU - <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/6-1-1-subcontratacao/>).

No caso, a Administração entendeu pela vedação à subcontratação, forte na necessidade de contratar espaço físico adequado para receber todos os candidatos que participarão da prova discursiva do 51º Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, mediante uso racional dos recursos públicos.

Noutro aspecto, não existe previsão para a concessão da autorização pretendida, o que inovaria substancialmente o edital, implicando a inobservância de vários princípios licitatórios. Cabe salientar que, na eventualidade de existir justificativa que permitisse a intermediação e a concessão de autorização, criar-se-ia risco à eficácia da contratação, devido à necessidade de refazimento de etapas em exíguo prazo, pois a etapa do concurso já está agendada para início do mês de fevereiro de 2026.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Por fim, entende-se que a intermediação pretendida redundaria no atendimento de interesses de natureza particular, o que viola princípios fundamentais da licitação, tais como a supremacia do interesse público e o planejamento da contratação.

Em face do exposto, não há como acolher o pedido.

Era o que havia a informar.

Publique-se no Portal Pregão Online Banrisul, no Licitacão e na página de licitações do MPRS.

Atenciosamente,

Andréa Alonso Tavares,
Pregoeira.

Documento assinado digitalmente por (verificado em 06/11/2025 18:13:01):

Nome: **Andrea Alonso Tavares**
Data: **06/11/2025 18:11:41 GMT-03:00**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico: "<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>" informando a chave **xhGeXmEISaq-VZpwyTB-Tw@SGA_TEMP** e o CRC **12.2919.1657**.

1/1